



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

2º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI, com competência em matérias cível e criminal.

Juiz Federal Titular: DR. RODOLFO KRONEMBERG HARTMANN

Juiz Federal Substituto: DR. RAFAEL MOL MELO SOUZA

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 18 a 22 de abril de 2016, a correição ordinária eletrônica do 2º Juizado Especial Federal de São João de Meriti, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

1. Continuar o cumprimento das Metas do CNJ.
2. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido.
3. Verificar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão já tenha cessado, ou tenha sido cadastrado equivocadamente, ou que não tenha sido localizada a respectiva ordem judicial.
4. Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, preenchendo-se todos os campos do sistema Apolo (campo ‘tipo’, no canto direito da página do sistema Apolo), quando do registro do movimento de conclusão. E, neste campo, evitar as classificações repetitivas, com conteúdo semelhante, como demonstrado no item respectivo deste relatório.
5. Observar a correta classificação das próximas sentenças proferidas, em especial as consideradas de fundamentação individualizada.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

6. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 184 processos sem tal fase informada.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Conforme o Ofício n.º 2.616/2016 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 03/03/2016, e Portaria PR-RJ n.º 286, de 03/03/2016, a Procuradora da República Dra. Carolina Bonfadini de Sá foi designada para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

A Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 11 - DPURJ/SECGABDPC/RJ, de 16 de fevereiro de 2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

**(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º,
TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª
Região)**



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO**

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

- . Titular: Dr. RODOLFO KRONEMBERG HARTMANN, em exercício desde 06/04/2013.
- . Substituto: Dr. RAFAEL MOL MELO SOUZA, em exercício desde 03/07/2014.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

➔ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 14 servidores

Total de Servidores lotados na Vara: **11 servidores**

Analistas Judiciários: 02

Técnicos Judiciários: 07

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 01

Estagiários: 02

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.

➔ ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo	Correição Julho/2014		Comparativo Abril/2015		Correição Abril/2016	
	Cível	Criminal	Cível	Criminal	Cível	Criminal



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO**

Total	1.196	00	1.258	00	1.346	03
Suspensos	278	00	398	00	567	00
Tramita. ajustada	918	00	861	00	779	03
Total Geral (Em tramitação)	918		861		782	

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em julho de 2014 e Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo aos meses de abril de 2015 e abril de 2016, extraídos em 13/04/2016.

**→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)**

Período	01/04/2015 a 31/03/2016		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	2.832	29,24	3
Decisão	3.700	38,21	3
Sentença	3.152	32,55	10
Total Geral	9.684	100,00	5

Mapas: Planilha Apolo Excel – Intimados, extraída em 13/04/2016.

→ METAS DO CNJ
(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

OBS.: A despeito da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2016 (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-2016>), ainda não



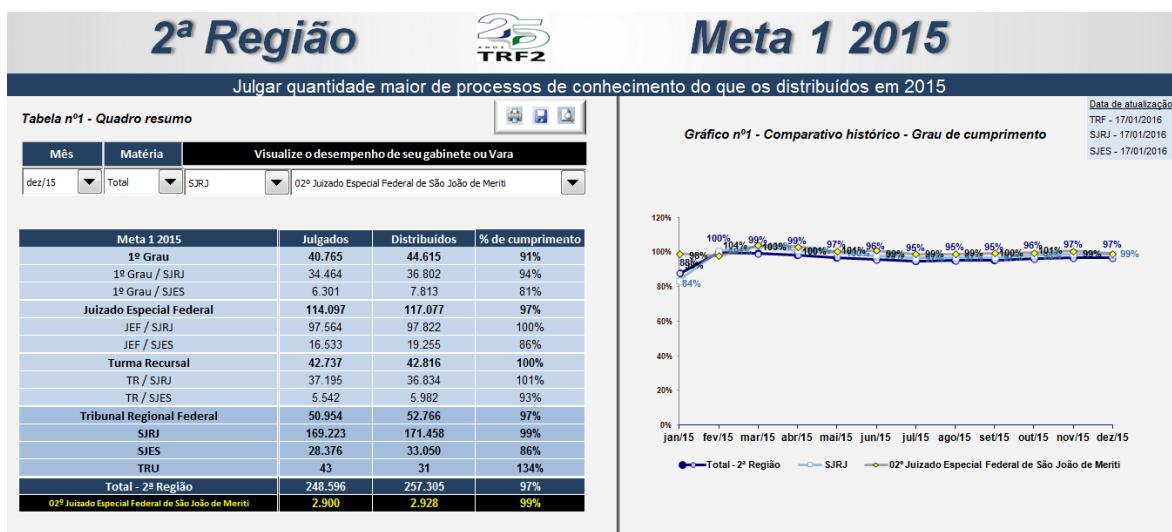
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2015, com as adaptações possíveis.

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2^a Região, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 99%**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2^a Região, link CNJ, de 13/04/2016.

II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

Situação: De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2^a Região, extraído em 13/04/2016, verifica-se que, no juízo correionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 100%, inexistindo processos pendentes**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2^a Região, link CNJ, de 13/04/2016.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.
(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica.

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 106%**, como ilustra o gráfico a seguir:

Microsoft Excel - Meta5_TRF2_2015 2 JEF SJM

2ª Região **Meta 5 2015**

Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente

Tabela nº1 - Quadro resumo acumulado

Mês: dez/15 | Juizado: 02º Juizado Especial Federal de São João de Meriti | Série: SJUJ | Data de atualização: 17/01/2016 | SJES - 17/01/2016

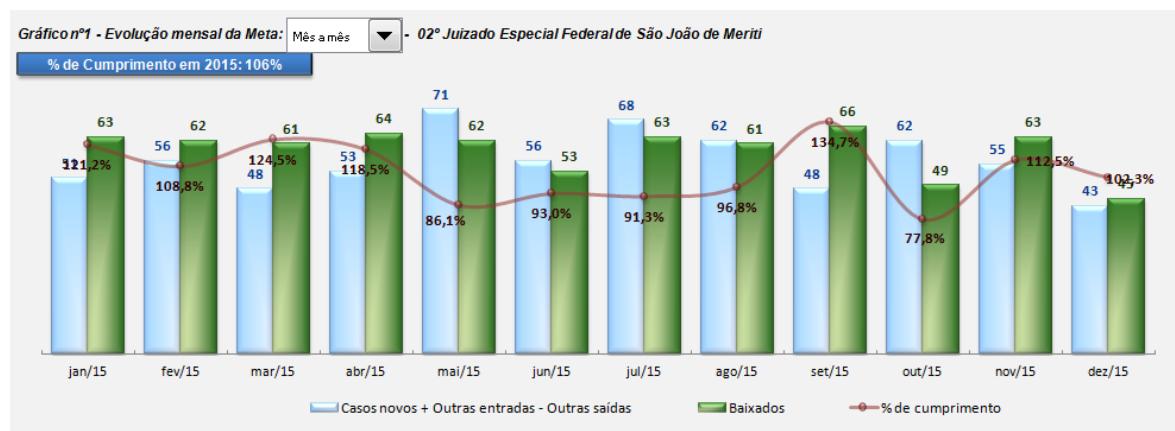
Percentual de cumprimento = (P5.3) / (P5.1 + P5.5 - P5.7) * 100

Verifique o Acervo Meta5 atual:

Mês	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara
dez/15	SJUJ

Meta 5 2015

	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	32.319	20.805	19.229	12.469	11.174	35.190	87%
1º Grau / SJUJ	26.673	14.495	15.054	10.513	9.430	27.197	97%
1º Grau / SJES	5.646	6.310	4.175	1.956	1.744	7.993	64%
Juizado Especial Federal	11.593	33.159	34.968	1.418	399	10.803	102%
JEF / SJUJ	10.164	27.812	30.148	1.340	382	8.788	105%
JEF / SJES	1.429	5.347	4.822	78	17	2.015	89%
SJUJ	36.837	42.307	45.200	11.853	9.812	35.985	102%
SJES	7.075	11.657	8.997	2.034	1.761	10.008	75%
Total - 2ª Região	43.912	53.964	54.197	13.887	11.573	45.993	96%
02º Juizado Especial Federal de São João de Meriti	189	707	712	28	62	150	106%





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2^a Região, link CNJ, de 13/04/2016.

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau)

Não se aplica.

VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica ao Juízo correicionado, que não constava no campo de pesquisa específico referente a esta Meta no Portal de Estatísticas deste Tribunal.

VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

**→ AUDIÊNCIAS (DE 01/04/2015 A 31/03/2016)
(Art. 35, I, CNCR)**

TOTAL: 64 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 05/05/2015 e a última de 08/03/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

Mapa: Apolo - Agenda de audiências, extraído em 13/04/2016, e Questionário pré correição, item 3.2.

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS

1. INICIAIS E VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Foram identificados os seguintes locais virtuais:

GAB – INICIAIS, com um documento (0031358-69.2016.4.02.5160), de 18/04/2016.

VERIFICAR PREVENÇÃO, sem documentos.

De acordo com o questionário pré-correição:

“Como já ressaltado acima, todas as ações iniciais distribuídas (com ou sem pedido de tutela), na medida do possível, são apreciadas e despachadas diariamente ou num prazo máximo de 5 (cinco) dias, sem acúmulos. E as ações iniciais com pedidos de antecipação de tutela têm prioridade sobre as demais. Nos últimos trinta dias, foram distribuídas quase trezentas novas ações (dados extraídos no dia 5/4/2016) e todas foram analisadas com despacho inicial, num prazo médio de cinco dias.

[...]

Os processos distribuídos com informação indicando a ocorrência de prevenção, litispendência e/ou coisa julgada são processados observando-se o Provimento nº T2-PVC-2010/00079, de 27/08/2010, da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região.

A meta para a verificação do escaninho virtual de prevenção – “VERIFICAR PREVENÇÃO” é de controle diário ou



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

no prazo máximo de 2 (dois) dias, o que pode variar para mais ou para menos dependendo da quantidade de processos distribuídos na semana/mês.

Nesse particular, ressalto que a secretaria deste Juizado continua fazendo uma análise minuciosa, como a de consultar o CPF da parte autora e consultar iniciais eletrônicas de outros processos no sistema Apolo em todos os feitos distribuídos (com ou sem informação de prevenção). Isso porque, na prática, continuam as falhas na distribuição de ações iniciais desta Subseção, provavelmente no momento do cadastro do assunto/objeto do processo. Por conta desses equívocos, segundo informações obtidas do setor de informática da Seção Judiciária, o sistema Apolo não gera automaticamente informação/termo de prevenção, trazendo a insegurança de se processarem demandas semelhantes (em litispendência ou até mesmo com coisa julgada) não detectadas pelo sistema.

Por outro lado, a cautela desse Juízo em analisar e pesquisar cuidadosamente cada processo distribuído acarreta sobrecarga de trabalho desnecessária, uma vez que a informação de possível prevenção deveria ser gerada automaticamente pelo sistema.

Conforme já informado no questionário de pré-correição anterior, diante das reiteradas ocorrências de falhas na distribuição, a secretaria deste Juizado, através da diretora e dos supervisores, providenciou abertura de chamados ao setor de informática da Seção Judiciária e, também, promoveu reunião com a supervisão do setor de distribuição desta Subseção para alertar sobre a grave situação, buscando possíveis e imediatas soluções.”

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.11 e 3.11.1, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 18/04/2016, às 15h38.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

2. BALCÃO DE ENTRADA

Com um documento ((0158724-28.2015.4.02.5160 - Local:1002) 2016.3002.316254-1), de 18/04/2016.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 18/04/2016, às 15h39, às **h.

3. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO: (Arts. 227 da CNCR)

Posição em	18/04/2016
Conclusão até	15/04/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	0	N/A
Decisão	0	N/A
Sentença	0	N/A
Total Geral	0	N/A

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, extraída em 18/04/2016.

4. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO: (Arts. 228 da CNCR)

Posição em	18/04/2016
Último Movimento até	15/04/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

Entre 31 e 60	0	N/A
Mais de 60	0	N/A
Total Geral	0	N/A

De acordo com o questionário pré-correição:

“Segundo relatório de processos parados há dias, extraído do sistema Apolo, em 5/4/2016, constou apenas 1 (um) processo físico remetido ao INSS, com carga vencida.

É o processo 00086008220054025160, remetido em 19/2/2016, pelo prazo de 30 dias. O juízo já expediu, em 31/3/2016, mandado de intimação (MJE.1002.000054-1/2016) para devolução do processo, e está aguardando cumprimento pelo oficial de justiça.

Para os setores de distribuição e contadoria, e outros casos, não há processos (eletrônicos ou físicos) remetidos com prazo vencido.

Informo que os prazos para manifestação das partes, nos processos eletrônicos, são controlados a partir do acesso eletrônico feito pelos entes públicos cadastrados para receber intimações eletrônicas, ou a partir da publicação na imprensa oficial para os demais réus.

[...]

Destaco que, diariamente, são extraídos relatórios para fins de monitorar a regularidade dos feitos. Os relatórios mais utilizados são os de “processos conclusos até hoje”, os de “processos parados há dias”, “processos com prazos vencidos”, de “petições pendentes de juntada”, “estatísticas de sentença”, de “estatística de processos distribuídos”, e outros dados e acompanhamento das Metas Nacionais extraídos do Portal de Estatística.”



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraído em 18/04/2016, e questionário pré-correição, itens 3.10 e 3.14.

**5. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA
(Arts. 180 e 318 da CNCR)**

Aguardando juntada, em 13/04/2016, 01 documento, de abril de 2016, referente ao processo n.º 00597063420154025160, juntado em 13/04/2016.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 13/04/2016, e consulta ao Apolo.

**6. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS
(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).**

Foram identificados os seguintes locais virtuais:

AGR ACESSO-RÉU/MPF/DPU, com 67 documentos, sendo o mais antigo de 08/04/2016 (0500011-58.2016.4.02.5160).

AGR. DEVOLUÇÃO DE MANDADO/OFÍCIO/Carta Precatória/Citação, com 08 documentos, sendo o mais antigo de 22/03/2016 (0048981-83.2015.4.02.5160).

CONTRARRAZÕES, com 04 documentos, sendo o mais antigo de 11/04/2016 (0120237-86.2015.4.02.5160).

PERÍCIAS - AG. REALIZAÇÃO, com 29 documentos, sendo o mais antigo de 31/03/2016 (0022546-38.2016.4.02.5160).



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

PRAZO - AUTOR/COMUM, com 208 documentos, sendo o mais antigo de 29/03/2016 (0031362-09.2016.4.02.5160).

PRAZO – DPU, com 03 documentos, sendo o mais antigo de 11/04/2016 (0000255-15.2014.4.02.5160).

PRAZO – RÉU, com 136 documentos, sendo o mais antigo de 28/03/2016 (0102572-57.2015.4.02.5160).

PRAZO ALVARÁ, com 38 documentos, sendo o mais antigo de 19/02/2016 ((0001313-24.2005.4.02.5110 - Local:1002) ALR.1002.000056-7/2016).

PRAZO-SENTENÇA, com 101 documentos, sendo o mais antigo de 01/04/2016 (0024156-41.2016.4.02.5160).

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 18/04/2016, às 17h00.

7. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Foram identificados os seguintes locais virtuais:

EXPEDIR TELEGRAMA, com 08 documentos, sendo o mais antigo de 12/04/2016 (0500073-98.2016.4.02.5160).

PROCESSOS PARA INTIMAR, com 01 documento, de 18/04/2016 (0151765-41.2015.4.02.5160).

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 18/04/2016, às 17h15.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

8. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189 e seguintes da CNCR)

Sem dados a relatar.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça, extraído em 18/04/2016, e Portal de Estatísticas – Acervo SJRJ – Segredo de Justiça.

9. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	04/2015 a 03/2016
	Processos	8.985
	Boletins	145
	Média (Proc. / Bol.)	61,97
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	5,19

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 13/04/2016.

10. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam apenas **03** processos com prazo vencido, na seguinte situação:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0008600-82.2005.4.02.5160	INSS	16/02/2016	22/03/2016	22
0000325-66.2013.4.02.5160	INSS	05/04/2016	11/04/2016	02
0002202-51.2007.4.02.5160	INSS	29/03/2016	13/04/2016	00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 13/04/2016, vencidos e não devolvidos.

11. SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS

a) Total de processos suspensos (em 13/04/2016): 567 processos

b) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.^o 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

a) Aguarda decisão de instância superior: 04 processos

05001518220154025110 – suspenso desde 30/09/2015, sem que, todavia, tenha sido localizada a ordem judicial respectiva (o despacho de 11/09/2015 não é expresso neste sentido).

00550655620154025110 – suspenso desde 19/10/2015, sem que, todavia, tenha sido localizada a ordem judicial respectiva (o despacho de 08/10/2015 não é expresso neste sentido).

01679671320144025101 – suspenso desde 29/02/2016, sem que, todavia, tenha sido localizada a ordem judicial respectiva (o despacho de 02/02/2016 não é expresso neste sentido).

00498331020154025160 – suspenso desde 12/04/2016, cf. despacho de 05/04/2016.

b) Cumprimento de Precatório/RPV: 142 processos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

00017633520104025160 – suspenso desde 22/08/2014, cf. despacho de 06/10/2014.

00007175020064025160 – suspenso desde 08/10/2014, cf. despacho de 09/01/2015.

00032734920114025160 – suspenso desde 22/10/2014, cf. despacho de 08/01/2015.

00010925120064025160 – suspenso desde 27/11/2014, cf. despacho de 02/02/2015.

01014752720124025160 – suspenso desde 17/03/2015, cf. despacho de 05/05/2015.

c) Outros – fase/processo execução: 20 processos

00001627220024025160 – suspenso desde 19/12/2014, cf. despacho de 03/12/2015, **que determina a suspensão do feito, aguardando o depósito de precatório. Necessário, s.m.j., retificar o motivo da suspensão.**

01059009220154025160 – suspenso desde 16/02/2016, sem que, s.m.j., tenha sido localizada a ordem judicial respectiva. Processo reativado em 18/04/2016, quando foi lançado o movimento de baixa-fundo.

01324009820154025160 – suspenso desde 06/04/2016, **sem que, s.m.j., tenha sido localizada a ordem judicial respectiva** (o despacho de 31/03/2016 não é expresso neste sentido).

d) Repercussão Geral (CPC, art. 543-B e § 1º): 401 processos

00021276520144025160 – suspenso desde 23/10/2014, cf. despacho de 09/10/2014.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

01570331320144025160 – suspenso desde 03/11/2014, cf. despacho de 24/10/2014.

01603623320144025160 – suspenso desde 13/11/2014, cf. despacho de 05/11/2014.

00024385620144025160 – suspenso desde 11/12/2014, cf. despacho de 01/12/2014.

00090455120154025160 – suspenso desde 12/02/2015, cf. despacho de 30/01/2015.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 11/04/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 18/04/2016**.

12. SENTENÇAS:

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 3.152

- a. Convertida em diligência: 86
- b. Convertido(a) o(a) julgamento em diligência: 26
- c. Embargos de declaração acolhidos: 08
- d. Embargos de declaração acolhidos em parte: 13
- e. Embargos de declaração não conhecidos: 03
- f. Embargos de declaração rejeitados: 55
- g. Resolução de mérito:
 - i. Declarada decadência/prescrição: 03
 - ii. Reconhecida prescrição/decadência: 15
 - iii. Embargos de declaração acolhidos: 06
 - iv. Embargos de declaração acolhidos em parte: 01
 - v. Embargos de declaração não acolhidos: 17
 - vi. Extinta punibilidade por decadência ou perempção: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

- vii. Homologada transação: 05
- viii. Conciliação/transação homologada: 15
- ix. improcedência liminar – art. 332 do CPC: 01
- x. Pedido improcedente – dispensada citação: 206
- xi. Julgado improcedente o pedido: 152
- xii. Pedido improcedente: 474
- xiii. Julgado procedente em parte o pedido: 142
- xiv. Pedido procedente em parte: 244
- xv. Julgado procedente o pedido: 60
- xvi. Pedido procedente: 95
- xvii. Pedido procedente com tutela deferida: 74
- xviii. Pedido procedente em parte com tutela deferida: 206
- xix. Pedido procedente em parte com tutela deferida parcialmente: 03
- h. Sem resolução de mérito:
 - i. Sem resolução de mérito: 1.050
 - ii. Desistência da ação: 08
 - iii. Extinto o processo por desistência: 02
 - iv. Extinto por abandono de causa pelo autor: 01
 - v. Extinto por ausência de condições da ação: 31
 - vi. Extinto por ausência de pressupostos processuais: 102
 - vii. Extinto por negligência das partes: 04
 - viii. Extinto por perempção, litispendência ou coisa julgada: 20

i. **Vazias: 22**

Obs. (1): Salvo melhor juízo, a classificação de sentença como “extinta punibilidade por decadência ou perempção” não se aplica ao processo de n.º 0021970-98.2016.4.02.5110 (classe 51002 – JUIZADO/PREVIDÊNCIÁRIA, sentença publicada em 11/03/2016).

Obs. (2): Evitar classificações repetitivas, como “convertidas em diligência” e “convertido(a) o(a) julgamento em diligência”, “embargos de declaração acolhidos” e “resolução de mérito: embargos de declaração



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

acolhidos”, “julgado improcedente o pedido” e “pedido improcedente”, e assim sucessivamente.

13. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.^o 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação a classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.^o 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0166400-61.2014.4.02.5160	0044945-95.2015.4.02.5160
0002570-16.2014.4.02.5160	0048255-12.2015.4.02.5160
0001662-56.2014.4.02.5160	0500199-85.2015.4.02.5160
0017718-33.2015.4.02.5160	0059974-88.2015.4.02.5160
0017724-40.2015.4.02.5160	0052190-60.2015.4.02.5160
0181926-68.2014.4.02.5160	0041262-50.2015.4.02.5160
0155516-26.2014.4.02.5110	0064770-78.2015.4.02.5110
0014408-19.2015.4.02.5160	0055281-61.2015.4.02.5160
0018692-97.2015.4.02.5151	0062580-89.2015.4.02.5160
0022027-97.2015.4.02.5160	0058090-24.2015.4.02.5160
0039329-42.2015.4.02.5160	

As seguintes sentenças, classificadas como tipo A, **s.m.j., deveriam ter sido classificadas como tipo B2, por se tratar de redação padronizada (textos em anexo ao final do relatório):**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

0077580-32.2015.4.02.5160,
0071278-84.2015.4.02.5160,
0085158-46.2015.4.02.5160,
0061194-24.2015.4.02.5160,
0052643-55.2015.4.02.5160,
0026169-47.2015.4.02.5160,
0054307-24.2015.4.02.5160,
0500181-64.2015.4.02.5160,
0050775-42.2015.4.02.5160,
0076278-65.2015.4.02.5160 (sem classificação no corpo do texto),
0084330-50.2015.4.02.5160 (sem classificação no corpo do texto),
0077972-52.2015.4.02.5101 (sem classificação no corpo do texto),
– tratam de concessão/restabelecimento de auxílio-doença.

Já a seguinte sentença, classificada no sistema como tipo A, **s.m.j., deveria ter sido classificada como tipo C, como consta do corpo do texto, como se vê a seguir (texto em anexo ao final do relatório):**

0056974-80.2015.4.02.5160 – pleiteia a revisão de benefício previdenciário. Extinto o processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 267, IV, do CPC.

2. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0054771-75.2015.4.02.5151	0163707-07.2014.4.02.5160
0500376-49.2015.4.02.5160	0003147-81.2013.4.02.5110
0007986-91.2016.4.02.5160	0500257-88.2015.4.02.5160
0154234-16.2015.4.02.5110	0079497-86.2015.4.02.5160

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0104574-97.2015.4.02.5160	0081916-79.2015.4.02.5160
0081868-23.2015.4.02.5160	0080512-90.2015.4.02.5160
0078590-14.2015.4.02.5160	0068553-25.2015.4.02.5160
0076480-42.2015.4.02.5160	0080503-84.2015.4.02.5110
0120062-92.2015.4.02.5160	0108106-79.2015.4.02.5160
0135925-88.2015.4.02.5160	0078959-08.2015.4.02.5160
0500454-43.2015.4.02.5160	0147407-33.2015.4.02.5160

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0082344-61.2015.4.02.5160	0055231-88.2015.4.02.5110
0078516-57.2015.4.02.5160	0086930-97.2015.4.02.5110
0083742-70.2015.4.02.5151	0079316-41.2015.4.02.5110
0040776-65.2015.4.02.5160	0068817-42.2015.4.02.5160
0085876-19.2015.4.02.5168	0073367-80.2015.4.02.5160

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraída em 11/04/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição em 19/04/2016**.

**14. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)
(Art. 217 da CNCR):**

De acordo com o questionário pré-correição:

“Os processos com prioridade legal tais como os de idosos são julgados preferencialmente aos demais. Também são julgados com preferência as ações de benefícios por incapacidade (LOAS, auxílio-doença), com tutela deferida,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

as ações de tutela de saúde, além dos mais antigos de distribuição.

Não consta nenhum processo incluído na META 2, pendente de julgamento, originariamente distribuído a esse juizado. Geralmente, os processos que são incluídos na META 2, ocasionalmente, são os redistribuídos de outros juízos em razão de declínio de competência, conforme será demonstrado no tópico específico. Nesse caso, são identificados, monitorados e julgados o mais rápido possível.

[...]

Caso não haja prioridade legal ou outras prioridades de julgamento (ações de benefício de incapacidade e de distribuição mais antiga), são julgados os processos com data de conclusão mais antiga.” (grifado no original).

15.LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:

Segundo o questionário pré-correição:

“Os processos no gabinete são organizados em vários escaninhos virtuais, diferenciados com a inicial “GAB”, e são divididos por assunto, por exemplo: GAB SENT – UNIÃO E OUTROS RÉUS; GAB SENT – INSS diversos; GAB SENT – INSS benefícios por incapacidade; GAB SENT – CEF/CORREIOS; GAB SENT – Padronizadas; GAB – Embargos de Declaração; GAB – MARCAR AUDIÊNCIA; GAB – AGUARDANDO AUDIÊNCIA; e GAB – INICIAIS.

O prazo segue os critérios mencionados nos itens anteriores, conforme as prioridades. Os processos de



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO**

prioridade legal e as demais prioridades (ex. benefícios de incapacidade) são julgados imediatamente e os demais seguem a data da distribuição e conclusão. O prazo máximo para julgamento desses últimos é de 90 (noventa) dias.”

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.2 a 3.3.4.

16. EXECUÇÃO (art. 333 da CNCR)

Fase 18:

Processos (em trâmite)	Com Sentença	Execução de sentença	Trâmite	Total
		Não Informada	184	184
		Informada	164	164
Total				348

Fonte: Portal de Estatísticas da 2^a Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 19/04/2016

17. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (Art. 217, II, da CNCR)

Posição em	13/04/2016	Período	01/04/2015 a 31/03/2016
------------	------------	---------	-------------------------

Tipo / Situação Atual	Total do Cadastro	Cadastrado	Conferido	Enviado ou Transm. c/ Erro	Tempo Médio (dias) Últ. Julg. / Tot. Env.
RPV Juizado Especial	1.050	13	0	1.037	112
RPV	0	0	0	0	N/A
Precatório em Parcela Única	43	8	0	35	196
Precatório Parcelado	0	0	0	0	N/A
Total Geral	1.093	21	0	1.072	115



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 11/04/2016.

→ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**
(Artigos 356 a 358 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição: “*não se aplica*”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 19/04/2016, “sem dados a relatar”.

→ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)

De acordo com o questionário pré-correição: “*nenhum/não se aplica*”.

Entretanto, de acordo com o relatório de material apreendido/acautelado emitido pelo Sistema Apolo, constam **129 bens cadastrados** nesta situação.

Todavia, não foram analisados os processos, nos termos do art. 242, § 1º, da CNCR, pois não constam da listagem quaisquer bens que possuam conteúdo econômico, ou que sejam passíveis de perdimento ou expropriação, nem tampouco de utilização restrita ou proibida.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.5 e Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, extraído em 13/04/2016.

→ **LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS**
(ART. 147 a 151 CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

De acordo com o questionário pré-correição:

“Os livros e as pastas, obrigatórios e não obrigatórios, são regularmente inspecionados, e estão de acordo com a Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da 2^a Região.

O controle do livro de carga de autos físicos é feito semanalmente. Caso seja verificado o excesso do prazo na remessa dos autos, é expedido mandado de intimação para devolução do processo, em 24 horas, sob pena de busca e apreensão.

Na secretaria, também havia um livro de controle de saída de processos físicos para extração de cópias, que foi abolido, considerando a reiterada ocorrência da não devolução dos autos pela parte, no mesmo dia, o que acarretava transtornos processuais e necessidade de expedição de mandado para a devolução do processo. Desse modo, esse juízo passou a adotar a prática de um estagiário ou servidor acompanhar o interessado para extração de cópias no recinto da Subseção. A medida visa evitar o extravio de autos físicos.

Importante enfatizar que esse juízo faz questão de manter, no balcão da secretaria, o livro de elogios e reclamações para que as partes possam expressar, por escrito, a sua opinião quanto ao atendimento recebido e aos serviços jurisdicionais prestados pelo juizado. E o resultado é satisfatório, com diversos elogios registrados periodicamente.

Informo, ainda, que os expedientes em geral, tais como mandados, ofícios, cartas, alvarás de levantamento, bem como as sentenças, as decisões interlocutórias e os despachos proferidos são registrados no sistema informatizado de acompanhamento processual, em substituição aos antigos livros físicos de registro. Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

obstante, algumas pastas são organizadas em arquivos no local virtual (drive K), tais como as pastas de sentenças (separadas por magistrado), pastas de atas de audiências (virtual e física), ofícios, relatórios de inspeção, etc.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 5.

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição:

“Este Juizado está estruturalmente bem instalado, com bom aproveitamento do espaço físico. As mesas dos servidores estão dispostas em estações de trabalho de modo a propiciar organização e integração interpessoal.

Quanto ao mobiliário, encontra-se em boas condições de conservação e uso.

Todos os bens e equipamentos estão conferidos e inventariados, conforme relatório do Sistema Administrativo de Material e Patrimônio – ASI. Todos os servidores são orientados e compromissados a zelar pelos móveis e equipamentos que utilizam.

No que se refere aos equipamentos de informática, tivemos um avanço desde a última correição de 2014. Recebemos monitores de 20 polegadas da Administração.

Mas, ressalto que ainda há remanescente de monitores antigos, de 17 polegadas. E, tratando-se de um juizado quase 100% virtual, torna-se relevante que os equipamentos e os monitores sejam modernos e eficientes.

[...]

Este Juizado está bem instalado, com bom aproveitamento do espaço físico. As mesas dos servidores estão dispostas em estações de trabalho, o que propicia organização e integração interpessoal, como já mencionado.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO**

Quanto ao mobiliário, encontra-se em boas condições de conservação e uso.

Todos os bens e equipamentos estão conferidos e inventariados, conforme relatório do Sistema Administrativo de Material e Patrimônio – ASI.

No que se refere aos equipamentos de informática, considerando ser um juizado 98% virtual, é necessário que os computadores e acessórios (monitores, mouse, teclados) sejam modernos e de boa qualidade para que o trabalho seja eficiente. Ocorre que, nos últimos anos, os equipamentos de informática adquiridos pela Seção Judiciária do Rio de Janeiro não são de boa qualidade e apresentam defeitos com frequência. Além disso, ainda temos monitores antigos de 17 polegadas, pendentes de troca pela Administração da Seção Judiciária. ”

Fonte: Questionário pré-correição, itens 2.2 e 4.

➔ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

“i) Inexistência de processo concluso para sentença com prazo superior a 70 (setenta) dias. A meta atual é a de sentenciar dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias e, portanto, meta superada e restabelecida;

ii) Redução do acervo de processos conclusos para sentença. No final de abril de 2015, havia 82 (duzentos) processos pendentes de sentença, enquanto que, no mês corrente, o quantitativo está no patamar de 64 (sessenta e quatro), conforme dados do Sistema Apolo do dia 4/4/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

E a conclusão mais antiga datava de 3/2/2016, com 60 (sessenta) dias. Meta cumprida.

iii) Superação da META 1 do CNJ, julgar quantidade superior de processos de conhecimento distribuídos. Meta cumprida;

iv) Prioridade no andamento dos processos com distribuição mais antiga (critério adotado até 2014). Os únicos feitos distribuídos antes de 2014, que estão na fase de conhecimento, foram os advindos, no mês de março/2016, de outros juízos, conforme informado acima no item 6.1.2. Meta cumprida;

v) Prioridade no julgamento dos processos de idoso, tutelas de saúde, dos que tratam de benefício por incapacidade e dos distribuídos mais antigos. Meta cumprida e restabelecida;

vi) Reduzir o congestionamento na fase de cumprimento de sentença e de execução de processos anteriores a 2014. A meta foi cumprida. Como informado acima (item 6.1.4), desde a última correição (em 2014), houve redução de 54% dos processos na fase de execução. Só para elucidar, em junho de 2014, havia 320 processos em execução, sendo que 51,8% correspondiam a processos de 2013. No mês corrente, há apenas 8 (oito) processos de 2013 na fase executória. E a maioria das execuções é de feitos distribuídos em 2015;

vii) Inexistência de processos conclusos para decisão e despacho com prazo superior a 30 (trinta) dias. Meta cumprida e restabelecida;

viii) Inexistência de processos parados há mais de 30 dias, com exceção dos conclusos para sentença. Meta cumprida e restabelecida;

ix) Juntada diária de petições e expedientes. Meta cumprida e restabelecida. Nesse particular, importante informar que toda petição que entra no balcão de entrada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

deste juizado é juntada no mesmo dia. Mas, por vezes, a demora na juntada de petição é por conta de petição protocolizada em setor de distribuição diverso da localidade do processo (Ex.: Rio de Janeiro, Duque de Caxias). Muitas vezes, há necessidade de solicitar que o setor remeta, com urgência, a petição para fins de juntada.

x) Prioridade aos procedimentos penais distribuídos. Conforme item 3.4.1, no relatório de distribuídos, extraído no dia 4/4, constou três procedimentos penais recém distribuídos (março e abril de 2016), que, no decorrer do preparo deste questionário, foram analisados, decididos pelo declínio da competência e encaminhados aos juízos competentes. Meta cumprida;

xi) Redução anual do acervo de processo em trâmite. Na última correição, em 2014, o quantitativo era de 992; no início desse mês, são 765 processos em trâmite. Meta cumprida e restabelecida.

Percebo que o acervo de processos em tramitação está estável desde 2015, no patamar de 800 processos, mesmo diante do aumento de processos distribuídos. Por outro lado, noto que o acervo de processos suspensos, nos termos do art. 1.036, § 1º, do NCPC (antigo 543-C), tem aumentado. O fato se deve às ações de correção monetária do saldo do FGTS (afastamento da TR e reposição dos índices de inflação divulgados pelo Governo), com representativo de controvérsia – Recurso Especial nº 1.381.683-PE (2013/0128946-0). Durante o preparo deste questionário, os dados estatísticos demonstraram 395 processos suspensos com esse motivo.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.2.

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Marcia Fernandes Borges, Mat. n.º 15.548